

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2009, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

No 1º semestre de 2009 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 145,5 milhões e uma produção de prêmios emitidos líquidos de R\$ 963,8 milhões, representando, respectivamente, acréscimos de 6,2% e 31,0% sobre o mesmo período do ano anterior. Considerando o resultado extraordinário de R\$ 43,1 milhões, líquidos dos efeitos tributários, obtido na venda de cinco

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

imóveis destinados à renda no 1º semestre de 2008, o crescimento no resultado seria de 54,9%. Comparando-se os primeiros semestres de 2008 e 2009, houve melhora no desempenho da Companhia com operações relacionadas à produção de seguros, representada pela evolução do Índice Combinado de 83,8% para 80,7%, bem como pelo Índice Ampliado, que variou de 80,8% para 75,6%.
 O Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral o BB-BI concluiu, após a autorização da SUSEP a aquisição da totalidade das ações pertencentes à Companhia de Participações Aliança da Bahia (30% do capital total e 60% do capital votante). A Aliança manterá, até a próxima AGO, a natureza de sociedade unipessoal *pro tempore*, consoante preceito contido no alínea "d" do inciso I, do art. 206 da Lei de Sociedades Anônimas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)			
	Nota	2009	2008
ATIVO			
CIRCULANTE		1.423.577	1.093.499
Disponível		4.459	18.035
Caixa e bancos		798.916	636.793
Aplicações	4	62.238	49.632
Títulos de renda fixa		732.244	586.400
Quotas de fundos de investimentos		454	761
Outras aplicações		391.238	191.095
Créditos das operações com seguros e resseguros		181.700	132.232
Prêmios a receber		7.282	10.268
Operações com seguradoras		212.707	56.849
Operações com resseguradoras	5	1.337	789
Outros créditos operacionais		(11.788)	(9.043)
(-) Provisão para riscos de créditos		24.110	145.380
Títulos e créditos a receber	7	145.380	131.603
Títulos e créditos a receber		14	23
Créditos tributários e previdenciários		547	548
Outros créditos		13.754	13.754
Outros valores e bens	5	579	548
Bens à venda		2.954	419
Despesas antecipadas	11	78.599	57.727
Despesas de comercialização diferidas		78.599	57.727
Seguros e resseguros		122.722	43.502
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	6	1.203.664	918.963
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.182.625	905.457
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4	511.790	353.787
Aplicações		344.987	180.257
Títulos de renda fixa		166.733	173.465
Quotas de fundos de investimentos		70	65
Outras aplicações		20.973	15.955
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	20.973	15.955
Operações com resseguradoras		646.695	532.672
Títulos e créditos a receber		20.973	15.955
Créditos tributários e previdenciários	8	551.724	73.808
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.262	1.262
Despesas de comercialização diferidas	11	1.262	1.262
Seguros e resseguros		1.905	1.791
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	6	1.905	1.791
PERMANENTE	9	21.039	13.506
Investimentos		11.184	4.034
Participações societárias - financeiras		11.519	3.952
Imóveis destinados à renda		210	334
Outros investimentos		5	5
(-) Depreciação		(190)	(262)
Imobilizado	8	9.855	9.228
Imóveis		3.142	3.142
Bens móveis		13.492	17.291
Beneficentários em imóveis de terceiros		-	552
(-) Depreciação		(6.779)	(11.757)
Intangível	1	244	244
TOTAL DO ATIVO		2.627.241	2.012.462

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)			
	Nota	2009	2008
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.242.011	826.196
Contas a pagar		58.154	59.451
Obrigações a pagar		10.752	7.113
Impostos e encargos sociais a recolher		6.343	6.529
Encargos trabalhistas		3.771	3.245
Impostos e contribuições	16	37.288	42.564
Débitos de operações com seguros e resseguros	16	177.618	127.680
Prêmios a ressituir		2.164	2.292
Operações com seguradoras		5.226	10.080
Operações com resseguradoras		56.510	22.539
Corretores de seguros e resseguros		34.429	24.748
Receitas de comercialização diferidas		18.764	7.863
Outros débitos operacionais	13	60.525	60.158
Depósitos de terceiros	13	26.487	10.682
Depósitos de terceiros		26.487	10.682
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11	979.752	628.388
Ramos elementares e vida em grupo		385.996	251.822
Provisão de prêmios não ganhos		67.317	20.496
Provisão de benefícios a conceder		4.809	1.618
Provisão de sinistros a liquidar		341.119	247.541
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		157.829	88.889
Outras provisões		22.682	18.017
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		889.889	770.407
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		889.889	770.407
Contas a pagar		387	-
Tributos diferidos		387	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	16	180	147
Receitas de comercialização diferidas		180	147
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11	382.857	364.622
Ramos elementares e vida em grupo		13.929	13.663
Provisão de prêmios não ganhos		368.928	350.959
Provisão de sinistros a liquidar		506.465	405.638
Outros débitos		506.465	405.638
Provisões judiciais	12	506.465	405.638
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	495.341	415.859
Capital social		155.833	129.861
Aumento de capital (em aprovação)		36.993	25.972
Reservas de capital		1.283	1.283
Reservas de lucros		155.833	121.922
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(142)	(192)
Lucros acumulados		145.541	137.013
TOTAL DO PASSIVO		2.627.241	2.012.462

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	129.861	-	1.283	25.972	166.922	113	324.151
Dividendos pagos referentes a exercícios anteriores - AGO de 28/03/2008	-	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Aumento de capital:							
AGE de 28/03/2008	-	25.972	-	(25.972)	-	-	-
Ajuste das aplicações a valor de mercado	-	-	-	-	(305)	-	(305)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	137.013	-	137.013
Saldo em 30 de junho de 2008	129.861	25.972	1.283	121.922	(192)	137.013	415.859
Saldo em 31 de dezembro de 2008	129.861	25.972	1.283	12.395	226.431	(894)	395.048
Dividendos pagos referentes a exercícios anteriores - AGO de 23/03/2009	-	-	-	-	(46.000)	-	(46.000)
Aumento de capital:							
AGE de 23/03/2009	-	36.993	-	(36.993)	-	-	-
Portaria SUSEP/DECON nº 934 de 3/02/2009	-	25.972	-	-	-	-	-
Ajuste das aplicações a valor de mercado	-	-	-	-	752	-	752
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	145.541	-	145.541
Saldo em 30 de junho de 2009	155.833	36.993	1.283	12.395	143.438	(142)	495.341

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros. A Companhia manterá, até a próxima AGO, a natureza de sociedade unipessoal *pro tempore*. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com seus controladores e empresas a ela ligadas, mantendo com essas empresas diversas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa 18. **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendadas pela SUSEP. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou, pela primeira vez, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, incluindo as modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009. As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Tais modificações não produziram impacto no resultado de 2008. As Circulares SUSEP nº 379/08 e nº 385/09 introduziram modificações na classificação das contas patrimoniais e de resultado, sendo a mais significativa o registro contábil das provisões técnicas e das despesas de comercialização diferidas, ambas brutas de seguros, sendo que os respectivos valores de resseguro passaram a ser classificados nos grupos "Operações com Resseguradoras" e "Despesas de Resseguro e Retrocessões Diferidas" no ativo e no grupo "Receitas de Comercialização Diferidas" no passivo, respectivamente. Em decorrência, as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2008, anteriormente publicadas, foram reclassificadas segundo os novos critérios de forma a propiciar melhores condições de comparabilidade. A Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07, foi elaborada pelo método direto e sem a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 379/08. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de agosto de 2009. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: (a) Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera que: • Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto; • As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimativas; • Os juros cobrados sobre o adiantamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas Financeiras" em base "pro rata dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios; • As operações de consórcio de resseguro, de retrocesso e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres, do IRB Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente. • A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a provisão para contribuição social, à alíquota de 9% até abril de 2008 e, a alíquota de 15% a partir de maio de 2008, em função do aumento introduzido pela Lei nº 11.727/08; • As participações sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. **(b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de certos valores determinados com base em estimativa. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser feita por valores diferentes dos registrados em função das imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as provisões e cenários utilizados na determinação das estimativas, pelo menos semestralmente. **(c) Aplicações:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou negociá-los antes dessa data: **(i) Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo apresentados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante, independente da data de vencimento dos títulos. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período. **(ii) Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia da Companhia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos reconhecidos no resultado e os ajustes ao valor de mercado, contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período em que ocorrer a venda dos títulos. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem a carteira dos títulos exclusivos são classificados nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos. **Críticos de auração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários:** • Títulos públicos federais: Valores divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), relativamente às operações realizadas no mercado secundário no último dia útil de cada mês. • Debêntures: Com base nas cotações divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB-DTVM e, quando aplicável, ajustado ao valor provável de realização, mediante constituição da correspondente provisão para perdas. • Certificados de depósito bancário: Apurado por meio de utilização de metodologia de precificação definida pela BB-DTVM e, quando aplicável, ajustado ao valor de realização mediante constituição da correspondente provisão para perdas. **(d) Provisão para riscos de créditos:** A provisão para riscos de créditos é constituída pelo valor dos prêmios a receber, incluindo as parcelas vencidas dos seguros, parcelas de prêmios vencidas por mais de 60 dias e pelos sinistros a recuperar de segurados, pendentes de recebimento por mais de 120 dias contados a partir da data do pagamento do sinistro ao segurado. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros de risco a decorrer, a Companhia procede ao cancelamento da cobertura consoante regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 239, de 22 de dezembro de 2003. **(e) Outros ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata dia". **(f) Permanente:** O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O deságio apurado na compra foi registrado em conta redutora do custo de investimento e será apropriado ao resultado quando de sua realização. Os investimentos mantidos no IRB Brasil Resseguros S.A. e na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT são avaliados pelo custo de aquisição. Os recursos aplicados em imobilizado e intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou aplicação, e, quando aplicável, depreciado ou amortizado pelo método linear, com base na vida útil ou nos prazos de recuperação estimados dos bens do imobilizado e dos recursos aplicados, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9. **(g) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são calculadas de acordo com as normas estabelecidas pelas Resoluções CNSP 92/02, 181/07 e 182/07 e os critérios de prêmios não ganhos (PPNG) e constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculada pelo método "pro rata dia". A provisão de riscos vigentes não emitidos (RVNVE) é calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de "run-off" que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 24 meses. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de consórcio cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial constituída conforme critérios definidos e documentados em Nota Técnica Atuarial (NTA). Os valores provisionados são atualizados monetariamente e incluem estimativa de custos a serem incorridos com honorários de sucumbência. A provisão de sinistros a liquidar judicial está classificada integralmente no exigível a longo prazo. A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados é constituída de acordo com métodos atuariais, definidos em NTA, e inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Sobre a provisão constituída para o ramo DPVAT são contabilizados encargos financeiros, os quais são registrados a débito da conta de "Despesas Financeiras". A provisão complementar de prêmios (PCP) é calculada segundo fórmula estabelecida na regulamentação emanada do CNSP para complementar a PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) é constituída com base em metodologia descrita em NTA que visa apurar eventual insuficiência da PPNG para cobertura dos compromissos estimados com as apólices em vigência. A metodologia adotada visa a manutenção do equilíbrio atuarial e não considera a compensação de eventuais insuficiências com excedentes apurados em outras apólices/ramos. Em 30 de junho de 2009 foi constituída provisão, no montante de R\$ 67.317 mil, para cobertura de insuficiência apurada em uma apólice coletiva do ramo Vida em Grupo. **(h) Provisões Judiciais:** São constituídas, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento NPC nº 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, consideradas as orientações previstas nas Cartas-Circulares SUSEP/DECON/GAB nº 15/2006 e 17/2006. Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. **(i) Demais passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro rata dia") incorridos até a data do balanço. **APLICAÇÕES: (a) Títulos para negociação:** Os títulos e valores mobiliários pertencentes a fundos exclusivos e classificados na categoria "para negociação" em 30 de junho tinham a seguinte composição:

	2009		2008	
	Custo Atualizado	Ganho/(Perda) Não Realizado	Custo Atualizado	Ganho/(Perda) Não Realizado
Fundos de investimentos exclusivos	548.931	1.287	522.458	509.536
Notas do Tesouro Nacional (LTN)	158.697	2.604	161.301	138.674
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	147.532	3.537	151.069	197.476
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	106.949	1.890	108.839	78.709
Operações Compromissadas	83.113	-	83.113	63.491
Certificado de Depósito Bancário	25.756	34	25.790	6.405
Debêntures	15.122	226	15.348	14.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.003	(4)	9.999	19.881
Quotas de fundos de direito creditório	1.763	-	1.763	2.535
Valores a receber/pagar	-	(4)	-	420
Quotas de fundos de invest. em direitos creditórios - não exclusivos	1.362	-	3.359	-
Total	550.293	8.287	558.580	(12.922)

	2009		2008	
	Custo Atualizado	Ganho/(Perda) Não Realizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Fundos de Investimentos Exclusivos	140.884	3.286	144.170	14.499
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	149.723	(113)	149.670	119.098
Debêntures	55.852	(986)	54.866	54.340
Certificado de Depósito Bancário	33.648	(217)	33.431	27.428
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	23.200	1.081	24.281	4.846
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	8.094	-	8.094	-
Total	270.577	(235)	270.342	215.708

	2009		2008	
	Custo Atualizado	Ganho/(Perda) Não Realizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
(c) Títulos mantidos até o vencimento:				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Quantidade (**)	Valor Pedido	Valor da Provisão	Quantidade (**)	Valor Pedido	Valor da Provisão
III - Cível						
Provável.....	360	14.004	29.006	153	7.697	12.820
Possível.....	1.563	26.457	-	247	10.809	-
Remota.....	1.576	163.957	-	956	55.708	-
	3.499	204.418	29.006	1.356	74.214	12.820
Total						
Provável.....	369	20.317	45.662	160	11.984	23.999
Possível.....	1.579	279.085	382.527	257	223.185	317.884
Remota.....	1.578	220.652	78.276	958	103.401	63.755
	3.526	520.054	506.465	1.375	338.570	405.638

(*) Corresponde ao valor original da causa.

(**) Refere-se à quantidade de pedidos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: O capital social está representado por 730.856 ações nominativas sem valor nominal, sendo 365.428 ordinárias e 365.428 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **(b) Dividendos e remuneração aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando seu pagamento é deliberado pelos acionistas ou proposto pelo Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de março de 2009, foi deliberado pelos acionistas o pagamento de dividendos no valor de R\$ 46.000, em complemento aos dividendos propostos pela Administração e refletidos nas Demonstrações Financeiras de 2008. **14. RAMOS DE ATUAÇÃO:** s principais ramos em que a Companhia opera e seus índices de sinistralidade e comissionamento são:

Ramo	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Vida em grupo.....	491.334	378.619	38	41	31	30
Riscos diversos.....	87.068	89.344	-	1	79	78
Penhor rural - instituições financ. públicas.....	60.367	44.358	18	11	5	3
Seguro de vida do produtor rural.....	50.815	47.491	26	22	28	29
Prestamista.....	40.146	29.804	30	53	21	31
DPVAT.....	28.716	24.621	88	82	2	1
Demais ramos.....	73.544	53.858	36	35	7	19
	831.990	668.095	33	34	30	33

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2009	2008
Prêmios emitidos líquidos.....	963.799	735.295
Prêmios diretos.....	917.304	708.237
Prêmios de co-seguros aceitos.....	29.147	14.117
Prêmios - riscos vigentes não emitidos.....	(3.699)	(4.451)
Prêmios Consórcio DPVAT.....	29.337	24.802
Prêmios cedidos em co-seguros.....	(8.294)	(7.414)
Prêmios de retrocessões.....	4	4
Sinistros retidos.....	272.771	225.635
Indenizações avisadas.....	325.234	219.991
Despesas com sinistros.....	12.220	6.553
Indenizações avisadas de consórcios e fundos.....	17.462	13.064
Despesas com sinistros de consórcios e fundos.....	1.733	1.491
Serviços de assistência.....	8.362	5.993
Recuperação de sinistros.....	(110.662)	(31.791)
Salvados e ressarcimentos.....	(810)	(648)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	19.232	10.982
Despesas de comercialização.....	251.421	217.747
Comissões.....	192.923	150.300
Recuperação de comissões.....	(17.870)	(9.076)
Outras despesas de comercialização.....	83.836	80.997
Varição das despesas de comercialização diferidas.....	(7.468)	(4.474)

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Seguros Aliança do Brasil levantados em 30 de junho de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 30 de junho de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10 de agosto de 2009.

**KPMG Auditores Independentes**
CRC 2SP014428/O-6**José Rubens Alonso**
Contador CRC 1SP104350/O-3**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2009, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão bem instruídos e em consonância com as normas legais vigentes.

São Paulo, 10 de agosto de 2009.

Jandir de Moraes Feitosa Júnior - Presidente**Eustáquio Wagner Guimarães Gomes** - Conselheiro**Leonardo Giuberti Mattedi** - Conselheiro

	2009	2008
Outras receitas operacionais.....	5.978	3.295
Custo de emissão de apólices.....	5.229	3.252
Outras receitas operacionais DPVAT.....	747	16
Outras receitas operacionais.....	2	27
Outras despesas operacionais.....	65.828	55.513
Contribuição ao FESR (Fundo de Estabilidade do Seguro Rural).....	13.320	14.892
Apólices e contratos.....	18.798	14.819
Despesas com cobrança.....	14.642	10.808
Provisão de contingências civis - sinistros.....	10.837	5.271
Administração de apólices - pró-labore.....	5.777	6.163
Outras despesas operacionais.....	2.454	3.560
Despesas administrativas.....	54.428	38.527
Pessoal próprio.....	19.267	16.325
Serviços de terceiros.....	10.607	7.893
Localização e funcionamento.....	7.447	6.546
Publicidade e propagação.....	12.798	4.690
Outras despesas administrativas.....	4.309	3.073
Despesas com tributos.....	32.689	25.651
COFINS.....	27.706	21.632
PIS.....	4.502	3.515
Outras despesas com tributos.....	481	504
Receitas financeiras.....	100.548	72.549
Fundos de investimentos.....	58.422	43.503
Depósitos judiciais - atualizações monetárias.....	18.266	14.821
Títulos de renda fixa - públicos.....	13.552	6.029
Títulos de renda fixa - privados.....	4.638	4.613
Outras receitas financeiras.....	5.670	3.583
Despesas financeiras.....	45.260	47.789
Operações de seguros.....	16.352	27.407
Provisões judiciais - atualizações monetárias.....	22.853	15.645
Taxa de administração.....	5.941	4.572
Outras despesas financeiras.....	114	165

16. CONCILIAÇÃO DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2009		2008			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Alíquota 9%	Alíquota 15% (*)	Contribuição Social Total
Lucro antes dos impostos e após participações.....	215.874	215.874	205.606	87.226	118.380	205.606
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes.....	53.957	32.381	51.390	7.850	17.757	25.607
Diferenças temporárias com registro no ativo tributário.....	8.436	1.278	5.094	(425)	443	18
Diferenças permanentes.....	(15.730)	(194)	(6.930)	14	(90)	(76)
Deduções incentivadas.....	(111)	-	(92)	-	-	-
Subtotal.....	46.552	33.465	49.462	7.439	18.110	25.549
Constituição/Realização de crédito tributário.....	(8.399)	(1.285)	(4.995)	-	-	(1.423)
Total.....	38.153	32.180	44.467			24.126

(*) Majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% (aplicado sobre a proporção da base de cálculo relativa ao período de maio a dezembro de 2008 - Art. 3º da Instrução Normativa 810/08).

O aumento da alíquota da contribuição social de 9% para 15%, a partir de maio de 2008, gerou um aumento de R\$ 2.224 nos créditos tributários em 2008. **17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO:** Nos termos da**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**

CNPJ: 28.196.889/0001-43

Central de Atendimento aos Clientes: 0800-729-7000

Correio eletrônico: alianca@aliancadobrasil.com.br - www.aliancadobrasil.com.br

Endereço: Rua Manuel da Nóbrega, 1.280, 9º andar, São Paulo/SP - CEP: 04001-004

Resolução CNSP nº 178/07 o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legal e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a todos os riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre o capital mínimo requerido e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01. A Resolução CNSP nº 158/06 alterada pela Circular SUSEP nº 355/07 estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição. Em 30 de junho de 2009, o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido, que é de R\$ 358.985.

	2009
Patrimônio líquido.....	495.341
Participações.....	(11.159)
Despesas antecipadas.....	(2.954)
Patrimônio líquido ajustado.....	481.228

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: (a) A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A., as empresas coligadas à Companhia, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. (b) Com seu acionista e empresas a ele ligadas a Companhia mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros dos ramos saúde e auto, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivo à vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios Emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Despesas de comercialização de seguros", "Outras despesas de comercialização" e "Despesas Administrativas". Ademais, a coligada BB Corretora atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando à Companhia após um período definido contratualmente. Os saldos em 30 de junho, e as receitas e despesas incorridas estão resumidos no quadro abaixo:

	2009		2008						
Empresa	Relação	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
BB Corretora	Coligada	5.662	28.054	197.428	-	5.761	20.785	147.920	-
Banco do Brasil	Controlador indireto provisório	-	10.777	72.801	615	-	23.177	74.361	457
BB-DTVM	Coligada	-	-	5.941	-	-	-	4.572	-
Brasil Saúde	Coligada	-	-	1.087	-	-	-	916	-
Brasil Veículos	Coligada	-	-	63	285	-	-	63	243
BrasilPrev	Coligada	-	-	-	66	-	-	-	70
BrasilCap	Coligada	-	-	-	17	-	-	-	17
BB Turismo	Coligada	-	-	-	9	-	-	-	33
		5.662	38.831	277.320	992	5.761	43.962	227.832	820

(c) Em 30 de junho de 2008, imóveis até então classificados como destinados à renda, foram alienados à antiga acionista controladora Companhia de Participações Aliança da Bahia por valores de mercado, estabelecidos com base em avaliações efetuadas por peritos independentes. (d) É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores no montante de R\$ 3.848 (R\$ 2.489 em 2008) que compreende substancialmente benefícios de curto prazo. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. (e) A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar para seus empregados e administradores, administrado pela coligada BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., conforme contrato firmado em 21 de dezembro de 1998 e aditado em 2 de maio de 2006. Esse plano é estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida em função da idade do participante na data do ingresso ao plano e do salário. O valor do benefício será calculado em função da provisão matemática de benefícios a conceder na data do aposentadoria. As contribuições da Companhia para o plano durante o período totalizaram R\$ 230 (2008 - R\$ 210). (f) Em 8 de maio de 2009 foi concluída a aquisição das ações representativas de 33% do capital social da Santa Catarina Seguros e Previdência S.A., de seu acionista controlador indireto Banco do Brasil S.A. pelo valor de R\$ 2.145. **19. OUTRAS INFORMAÇÕES:** (a) **Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros, cujas importâncias seguradas, em 30 de junho de 2009, eram de R\$ 29.400, cobrindo, principalmente, riscos de incêndio empresarial; despesa de recomposição de documentos e responsabilidade civil, nos montantes de R\$ 26.600; R\$ 1.800 e R\$ 1.000, respectivamente. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. (b) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração do Fluxo de Caixa, os saldos apresentados na rubrica contábil "Caixa e Bancos".

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL** é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, constituído em conformidade com a Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. 2. Tem como responsabilidades primordiais o acompanhamento e avaliação: (i) do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e dos normativos, políticas e códigos internos; (ii) dos processos de elaboração, divulgação e transparência das demonstrações financeiras; (iii) da qualidade do sistema de controles internos; e (iv) das auditorias interna e externa. 3. No decorrer do período, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, reunindo-se periodicamente, inclusive com o Conselho de Administração, o presidente da Companhia e outros administradores, e com os responsáveis pelas auditorias interna e externa, e analisando relatórios e outros documentos internos. 4. O Comitê de Auditoria concluiu que o sistema de controles internos implementado é compatível com o porte e complexidade dos negócios da Companhia e mostrou-se eficaz na mitigação de riscos não desejados, minimizando a possibilidade de ocorrência de danos materiais e de não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. 5. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2009, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, desta data, concluindo que tais documentos são adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais vigentes.

São Paulo, 10 de agosto de 2009.

Egídio Otmar Ames	Gil Aurélio Garcia	Otho Cezar Miranda de Carvalho
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Antônio Francisco de Lima Neto - Presidente		
Adézio de Almeida Lima - Conselheiro Aldemir Bendine - Conselheiro Alvaro Luiz Vereda Oliveira - Conselheiro Expedito Afonso Veloso - Conselheiro	Luís Carlos Guedes Pinto - Conselheiro Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza - Conselheiro Marco Antônio da Silva Barros - Conselheiro	
DIRETORIA		
Aldo Luiz Mendes - Diretor Presidente		
Alencar Rodrigues Ferreira Junior - Diretor Daniilo Silveira - Diretor Geraldo Afonso Dezena da Silva - Diretor Maria da Glória Guimarães dos Santos - Diretora	Paulo Euclides Bonzanini - Diretor Roberto Barroso - Diretor Wady José Mourão Cury - Diretor	
Simone Pieretti Gonçalves - Contadora - CRC 1SP183717/O-5		
Adriana Nery Osassa Okada - Atuária - MIBA nº 1031		